



FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 2 de novembro de 2019



Sapatos | 1994 | Teresa Dias Coelho (cortesia da artista)

MUSEUS: ZONAS DE CONTACTO POR EXCELÊNCIA

António Pinto Ribeiro

Começamos pela definição de museu, criada pelo [ICOM](#) (*International Council of Museums*) a 24 de Agosto de 2007, que considera o que é a 'sua missão, a sua espinha dorsal' e o que o distingue de outras instituições: "O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite."



A definição não tem na verdade nada de particular que a distinga, e poderia ser aplicada a muitas outras instituições culturais e não só. Talvez conscientes do baixo denominador comum desta definição de missão, os actuais dirigentes do ICOM propuseram a sua revisão e entregaram a tarefa a um comité – o Comité sobre a Definição de Museu, Perspectivas e Possibilidades – que tinha como objetivo propor uma perspectiva crítica e actual, e apresentar uma definição com abrangência internacional. Segundo [nota do ICOM](#) “este comité conciliou um amplo diálogo e contributos de todos os membros do ICOM de todo o mundo e em Julho deste ano apresentou uma definição de museu para ser submetida a votação”:

Os Museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifónicos, orientados para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e lidando com os conflitos e desafios do presente, detêm, em nome da sociedade, a custódia de artefactos e espécimes, por ela preservam memórias diversas para as gerações futuras, garantindo a igualdade de direitos e de acesso ao património a todas as pessoas.

Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes; trabalham em parceria activa com e para comunidades diversas na recolha, conservação, investigação, interpretação, exposição e aprofundamento dos vários entendimentos do mundo, com o objectivo de contribuir para a dignidade humana e para a justiça social, a igualdade global e o bem-estar planetário.

As frases são rebuscadas e a linguagem não é particularmente rica, tanto do ponto de vista lexical, como semântico. Na nova definição, expressa de um modo algo vago e pouco concreto, a essência do conteúdo não constitui verdadeiramente uma ruptura com a definição anterior. Ainda assim, provocou uma polémica interna e contestação por parte de representantes de alguns países, entre os quais Portugal, o que levou ao adiamento da resolução para data posterior.

A recusa desta nova definição por um grupo de membros contestatários deveu-se ao facto destes não se reverem no que consideravam ser uma definição de pendor activista. Para este grupo, o museu deve limitar-se a conservar as obras e permitir a sua investigação, num contexto de continuidade sem sobressaltos de traços epistémicos conservadores, em grande parte limitado a museólogos ou historiadores de arte.

Ora, foi em 1960 que a emergência do discurso multicultural obrigou a Europa a uma redefinição de novas narrativas, apoiadas pela literatura contemporânea dos *Cultural Studies*, o que logo nessa época levou os museus a redefinir novas metodologias de interpretação e de comunicação, reforçadas depois pela pedagogia artística nascida nos museus de arte moderna e contemporânea, pela emergência do discurso feminista e de género, e por novas reflexões em torno das questões pós-coloniais.



Assim, quando em 2007 o ICOM define a missão dos museus, esta é já anacrónica, se pensarmos que foi também em 2007 que se comemorou o bicentenário da abolição do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Não mais poderia ser adiada uma reflexão nos museus sobre a memória, as políticas da memória, a negociação cultural com o passado imperial, desenvolvendo-se modos alternativos de conhecimento “deseuropaizados”, para os quais os museus têm uma missão fundamental na difusão de conhecimentos materiais e simbólicos.

O que se depreende da definição de 2007 e da atitude dos que recusaram a nova definição, considerada de teor ‘activista’, revela uma concepção estática destes, e o receio de que actores com práticas de investigação e de produção de saber e de comunicação interdisciplinar possam ‘ocupar’ os museus e abri-los a públicos e debates que escapam à vigilância destes específicos museólogos. É esse o fantasma no mundo nos museus de hoje. Os museus são instrumentos e fóruns fundamentais para debater o presente mirando o passado, em tudo contrários a uma visão que se fixa no passado, como se esta visão não fosse condicionada pela epistemologia, conhecimentos e experiências do presente.

Em 1953, um cartaz do *Musée de l’Homme*, em Paris, anunciava: “Faça a volta ao mundo em duas horas no Museu do Homem”. E outros museus seguindo a mesma publicidade haveriam de reduzir o tempo da volta ao mundo. Mas que mundo é este? É que o mundo do tempo da criação do ICOM não é o de hoje, o mundo mudou e os museus mudaram com ou sem missão pré-determinada. O museu é, entre outras coisas, muitas e diversas, um ponto de vista sobre o mundo do qual não está nem alheio, nem distante. Organiza, nas suas narrativas e na sua terminologia, relações culturais, relações de produção artística, saberes distintos, classificações. E neste último aspecto, os museus têm como missão a revisão epistemológica das classificações: os museus de etnografia, muitos deles constituídos por obras apropriadas pelos agentes dos antigos Impérios, não podem prolongar este *status quo*. E até se pode questionar que se não alterarem a sua função de museu que olha “o outro”, os “primitivos”, podem desaparecer porque a descolonização também acontece na Europa actual.

E porque os museus não estão isentos da intervenção social, são sujeitos aos debates do seu tempo, como aquele que hoje acontece na Holanda em torno da utilização do termo *Gouden Eeuw* (a Idade do Ouro), porque não faz justiça a todos os que foram explorados durante o tráfico atlântico, durante a expansão e grande produção holandesa (nas palavras de Tom van der Molen, conservador da secção do século XVII do *Amsterdam Museum*). Por outro lado, o Rijksmuseum, importante museu holandês que há pouco tempo abriu o debate sobre o uso do termo “negro” em algumas legendas da pintura antiga, afirma que se devia continuar a utilizar o termo e simultaneamente apresentar uma mega-exposição



MUSEUS:
ZONAS DE CONTACTO POR EXCELÊNCIA

sobre a escravatura. São debates que ultrapassam positiva e imperativamente os limites de qualquer definição de missão, veiculando de um modo plural preocupações de intervenção social – o fantasma do activismo – que, a ser consideradas, acabariam com os museus de bairro, com os museus comunitários e até com os museus da Memória, cuja essência é serem museus que acolhem, tratam, investigam e comunicam todos os actos, objectos e memórias das lutas e do activismo político.

Para não falarmos da emergência do conceito de pós-museus, desenvolvido por Eilean Hooper-Greenhil, que os diferencia dos museus de tipologia universal porque tanto introduziram novas formas arquitectónicas que ultrapassam a caixa ou o baú. Focando-se na relação com a comunidade onde estão inseridos, gerindo reações de poder tão presentes nas artes e nos objectos de culto, incluem múltiplas epistemologias, fundamentam parte da sua programação em *workshops* e defendem a democratização do poder curatorial.

Os museus são cada vez mais transnacionais, podem e devem ser contributos e instrumentos da História Global e, para tanto, devem acolher a intervenção externa tanto social quanto cultural. Como dispositivos de imagens têm, com esses recursos, a energia de confrontarem e desconstruírem o fluido interminável de imagens para que estas não sejam apenas vistas como banalidade, distração ou parte da grande indústria de entretenimento. Os museus são zonas de contacto privilegiadas e seria um contributo para o retrocesso civilizacional que os museólogos, com receio do conhecimento aberto, os fechassem em caves guardadas por corporações de museólogos.

O autor é membro do ICOM

António Pinto Ribeiro é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, projecto *Memoirs- Filhos de Império e Pós-memórias Europeias* (ERC Consolidator Grant, n.º 648624) e programador cultural. *Peut-on Décoloniser les Musées?*, Ed. FCG-delegação em França, 2019, é a sua última obra.

ISSN 2184-2566

MEMOIRS é financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (n.º 648624) e está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

